



# V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS  
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



**Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:**

**Resumo**

**Relato de Caso**

## **O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM PERCURSO HISTÓRICO**

**AUTOR PRINCIPAL:** Gabriela Schmitt Prym Martins.

**CO-AUTORES:** Nome dos co-autores. Máximo de 400 caracteres.

**ORIENTADOR:** Claudia Stumpf Toldo Oudeste

**UNIVERSIDADE:** Universidade de Passo Fundo

### **INTRODUÇÃO**

Como recurso didático pedagógico frequentemente usado em aulas da Educação Básica, sobretudo no Ensino Médio, o livro didático tem sido corpus de pesquisas e questionamentos que refletem sobre sua eficácia e sobre as metodologias e atividades utilizadas e propostas por ele. A LDB prevê no artigo 4º, inciso VII, que “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento do educando no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático” (BRASIL, 1996, p. 3). A lei que regulariza a educação brasileira prevê como direito do aluno o acesso a livros didáticos de todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa bibliográfica em que buscamos refletir sobre a história do livro didático na educação brasileira, sobretudo no ensino de língua portuguesa.

### **DESENVOLVIMENTO:**

No Brasil, tradicionalmente, o livro didático é utilizado nas escolas como recurso didático e pedagógico, sendo um instrumento de mediação de conhecimentos. Por algumas vezes esse papel até se confunde em sala de aula. Portanto, achamos necessário analisar, bibliograficamente, como o livro didático é visto por diferentes autores e pelos documentos norteadores.

A utilização do livro didático pelas escolas brasileiras foi regularizada pela Legislação Federal criada em 1938. Até então, o livro era visto como um instrumento de educação política e não apenas didático e era o Estado que predeterminava os livros que depois seriam escolhidos pelos professores que tinham como base uma deliberação legal. O



# V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS  
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



livro, segundo a Constituição Federal, era um direito constitucional do estudante brasileiro, fato que se mantém até os dias de hoje.

Entretanto, segundo pesquisadores como Batista (2001), foi a partir de 1960, com a ditadura militar, que o livro se caracterizou como instrumento estruturador do conhecimento, em um processo de expansão do capitalismo que exigia a formação de novos profissionais escolarizados. Foi assim que o livro didático chegou à escola pública, atendendo a um novo perfil de alunos e professores que, geralmente, tinham o primeiro contato com a língua escrita e o conhecimento formal na escola através dele.

Esses novos sujeitos não tinham as mesmas oportunidades culturais e educacionais e não tinham acesso à formação de qualidade e a salários justos, o que ocasionou uma má preparação dos professores em relação à situação formal de sala de aula. Foi nesse sentido que surgiu um novo livro didático, com caráter muito mais instrutor que os antecedentes. Até os anos 1950, os professores utilizavam gramáticas, dicionários, livros de Literatura. A partir da década de 1960, com as mudanças no perfil docente, todos esses materiais didáticos foram incorporados em um só, o livro didático.

Essa hibridização desses instrumentos de ensino de língua – dicionários, gramáticas, e outros – em um livro didático, tornaram, segundo Bunzen e Rojo (2008), o livro de Língua Portuguesa e Literatura um gênero do discurso, um suporte no qual textos de diferentes gêneros estão presentes, objetivando o ensino de língua. Por exemplo, um anúncio publicitário utilizado em uma atividade de Língua Portuguesa está fora de seu suporte e discurso original. O seu objetivo deixa de ser anunciar ou vender um produto e passa a ser o ensino de língua.

Com o percurso histórico do livro didático e observando as mudanças culturais e sociais em relação ao seu uso, percebe-se que, em muitos casos, o livro é um dos únicos gêneros impressos com o qual os alunos mantêm contato com a língua escrita, realizando a primeira e talvez a principal inserção na cultura linguística escrita. Ele também é um dos poucos instrumentos didáticos utilizados quase que diariamente na realidade escolar, sendo que através dele se organizam os saberes linguísticos, sociais, culturais e literários.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Essa mudança nos perfis dos sujeitos presentes na escola modificou também o livro didático que, inclusive, traz um manual para que os professores sigam as orientações sugeridas. Entretanto, pensamos que há alguns professores que não conseguem organizar-se através do livro e, assim, não o exploram de forma significativa. Os livros possuem pontos positivos que devem ser trabalhados por professores e alunos, porém não deve ser o único recurso didático utilizado em sala de aula.

## **REFERÊNCIAS**



# V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS  
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



BATISTA, Antônio A. Gomes. Recomendações para uma política pública de livros didáticos. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília-DF: MEC, 1996.

BUNZEN JR., Clécio dos S.; ROJO, Roxane. Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. In: COSTA VAL, M. das G.; MARCUSCHI, Beth. (Org.) Livros didáticos de língua portuguesa: letramento, inclusão e cidadania. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005.

**NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA ( para trabalhos de pesquisa):** Número da aprovação.

## **ANEXOS**

Aqui poderá ser apresentada somente uma página com anexos (figuras e/ou tabelas), se necessário.